



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

FRANZ BRENTANO: MIKLOSICH ACERCA DAS PROPOSIÇÕES SEM SUJEITO (1883)

TRADUÇÃO DE

EVANDRO O. BRITO¹

MAICON REUS ENGLER²

“Proposições sem sujeito” – assim nomeia o famoso linguista um pequeno escrito que, em sua primeira aparição, ele intitulara “Os verbos impessoais em eslavo”.

A mudança do nome pode estar relacionada com os acréscimos significativos da segunda edição, pois a nova designação também foi mais apropriada. Porque longe de considerar simplesmente a particularidade de uma língua primitiva, o autor tinha colocado um princípio de amplíssima importância, o qual contradiz a visão predominante e, apenas por isso, teria merecido a atenção geral. Não só a filologia, mas também a psicologia e a metafísica estavam interessadas na questão. E tal como para o pesquisador dos domínios mais sublimes, a nova doutrina também prometia trazer vantagem para todos os meninos dos bancos escolares, os quais agora são atormentados por professores com teorias impossíveis e inconcebíveis (Conf. p. 23 a. a. O.).

1. Professor adjunto do Departamento de Filosofia da UNICENTRO e bolsista PNPd/Capes durante a realização do presente trabalho junto ao Departamento de Pós-graduação em Filosofia da UFSM (evandrobrito@yahoo.com.br).

2. Professor do Departamento de Filosofia da UNICENTRO (reusengler@gmail.com).

O ensaio não exerceu essa influência. O domínio das antigas ideias continua ainda hoje inquebrantável. E se a publicação da monografia em nova edição dá testemunho de certo interesse em círculos mais amplos, isso não ocorreu evidentemente graças às circunstâncias em que, por esse motivo, se acreditou conceber esclarecimentos sobre antigas dúvidas e erros. A obra de Darwin que fez época, independente da exatidão de sua hipótese, teve valor intrinsecamente inegável para seus opositores. Todos tiveram de reconhecer a riqueza das importantes observações e combinações significativas. Assim, ainda em muitos pormenores, poder-se-ia se sentir comprometido com Miklosich também aquele que recusa a aprovação de sua tese principal, a qual condensou em poucas folhas uma vasta erudição e entremeou as mais finas percepções.

Nós queremos aqui, no entanto, considerar antes de tudo a questão principal e esclarecer de modo breve do que se trata realmente.

É uma antiga asserção da lógica que o juízo consiste essencialmente em uma ligação ou separação, em uma relação de representações uma para com outra. Mantida quase unanimemente por dois mil anos, ela também exerceu influência sobre outras disciplinas. E, assim, nós encontramos com os gramáticos, desde a Antiguidade, a doutrina de que não é dada e não se pode dar qualquer forma mais simples de expressão de juízos, além da categórica, que liga um sujeito com um predicado.

Não se pôde ignorar por muito tempo, porém, que a aplicação apresentava dificuldades. Proposições como *es regnet* (*chove*) e *es blitzt* (*relampeja*) parecem não se encaixar nesse caso. No entanto, a maioria dos pesquisadores estava convicta de que em tais casos eles não deviam se sentir tão obrigados a duvidar da validade universal de seu princípio quanto, ao contrário, a procurar seu sujeito aparentemente inexistente. Muitos pensaram, então, que eles o tivessem apreendido realmente. Contudo, em estranho contraste com a unidade até então indicada, eles se separaram em uma multiplicidade de direções. E nós assistimos, com olhar até certo ponto corroborativo, às diversas tentativas de esclarecimentos detalhados, e assim entendemos facilmente por que nenhum deles foi capaz de satisfazer de forma permanente ou ao menos de angariar temporariamente o consentimento [de seus pares].

A ciência esclarece, à medida que capta uma multiplicidade como unidade. Naturalmente, foi isso também o que se buscou aqui, embora toda tentativa tenha fracassado. Quando se diz *es regnet* (*chove*), como alguns pensaram, o sujeito não nomeado e designado com o 'es' indefinido seria Zeus, e o sentido seria *Zeus regnet* (*Zeus chove*). Mas quando se diz *es rauscht* (*há ruído*), então seria evidente que Zeus não poderia ser o sujeito. E, ainda, outros acreditaram que aqui o sujeito seria *das Rauschen* (*o ruído*) e, então, o sentido da proposição seria *das Rauschen rauscht* (*o ruído*

ruí). E acrescentaram, em conformidade com os exemplos precedentes, *das Regnen* (o chover) ou *der Regen regnet* (a chuva chove).

Quando se diz *es fehlt an Geld* (falta dinheiro), então conseqüentemente o sentido deveria ser *das Fehlen an Geld fehlt an Geld* (a falta de dinheiro falta dinheiro). Mas isso não é aceitável. E então, em vez disso, se esclarece aqui que o sujeito seria *Geld* (dinheiro) e o sentido da proposição seria *Geld fehlt an Geld* (dinheiro falta dinheiro). Certamente isso seria, a rigor, uma violação mais grave contra a unidade desejada da explicação. E se, tapando um olho, talvez se pudesse escondê-la, não seria mais possível alcançar um sentido aceitável quando se esbarrasse em proposições como *es gibt einen Gott* (existe um Deus), onde novamente nas proposições *einen Gott Geben gibt einen Gott* (o existir um Deus faz existir um Deus) ou *das Geben gibt einen Gott* (o existir faz existir um Deus) ou, ainda, *Gott gibt einen Gott* (Deus faz existir um Deus).³

É preciso meditar, aqui, sobre um modo de explicação totalmente diferente. Mas onde seria possível encontrá-lo? E se mesmo aqui a perspicácia também fosse capaz de estabelecer algo que faria saltar de um caso a outro caso, não se poderia chamar isso apenas de caricatura de uma explicação verdadeiramente científica? Não! Das muitas tentativas feitas até agora, nenhuma sequer pode ser acertadamente chamada de designação do sujeito, a não ser como na expressão de Schleiermacher. Pois, se esse sábio realmente externou a opinião de que o sujeito em tais proposições seria o caos, então o enunciado deveria ser entendido não tanto como uma tentativa de explicação, mas sim como um escárnio contra as hipóteses levantadas até agora pelos filólogos.

Alguns pesquisadores são por isso de opinião de que o verdadeiro sujeito de tais proposições, como *es regnet* (chove), *es blitzt* (relampeja), não foi encontrado até o momento e que a tarefa de procurá-lo ainda hoje está presente na ciência. Mas não seria estranho se a descoberta de um sujeito, o qual teria sido definido para fundamentar cada pensado inefável, devesse causar dificuldades tão extraordinárias? Steinthal pretende esclarecer que, nesse caso, o sujeito gramatical seria algo aludido, mas aludido como algo impensável. Mas provavelmente outros iriam retrucar com Miklosich (p.23) que “nós provavelmente não exageramos quando afirmamos que a gramática não opera com o impensável”.

A totalidade dos fenômenos e a falha claramente grotesca em cada tentativa de determinação, quantas vezes e com quanta perspicácia ela tenha sido feita, são assim também as razões que se fazem valer, acima de qualquer outra de Miklosich, quando se considera que todo o pretense sujeito de tais proposições seria uma

3 [Nota dos tradutores] Traduzimos o verbo *geben* por *existir*, mesmo tendo a possibilidade de traduzi-lo por *haver*. A opção nos permite explicitar de modo mais evidente as incompatibilidades indicadas pelo autor.

ilusão, que a proposição não seria uma ligação entre sujeito e predicado e que ela seria sem sujeito, como Miklosich se expressou.

Outras considerações lhe servem para confirmar o exposto e entre elas está uma consideração sobre a natureza do juízo, salientada como particularmente significativa. Aqui Miklosich combate aqueles que, com Steinthal, negam qualquer correlação entre gramática e lógica; e então se defende dos ataques que, em razão dessa correlação entre psicologia e lógica, poderiam ser feitos contra sua doutrina. Sim, ele chega a resultados que, por consequência das características especiais de certos juízos de proposições sem sujeito na língua, deveriam ser esperados de antemão. Em seguida ele observa não ser correto que um conceito seja relacionado a outro em todo juízo. Neles, muitas vezes, apenas um fato simples é reconhecido ou rejeitado. Em tais casos, também se torna necessária uma expressão linguística e é evidente que ela não poderia consistir em uma ligação entre o sujeito e o predicado. Miklosich indica que muitos filósofos foram repetidamente levados a tal conhecimento, mas que amiúde eles nem sequer apreciaram suficientemente o significado dessa descoberta. Não lhes eram claras as novidades que proferiam e por isso, ao mesmo tempo em que eles, em estranha parcialidade, se agarravam a certos resquícios daquela concepção mais antiga, confrontava-lhes a necessidade de revogar em seus pontos essenciais, no fim, aquilo que haviam dito no início. Assim, Trendelenburg pretendeu não encontrar propriamente um juízo em uma proposição como *es blitzt (relampeja)*, mas apenas os rudimentos de um juízo pronunciado, que precede o conceito relâmpago para fixá-lo. E, desse modo, somente o juízo completo *der Blitz wird durch Eisen geleitet (o relâmpago é conduzido pelo ferro)* tem fundamento. E Herbart declarou finalmente que juízos como *es rauscht (há ruído)* não seriam juízos no sentido usual, pois eles não seriam aquilo que a lógica chama a rigor de juízo. Acertadas são as observações nas quais o autor censura as inconseqüências desses filósofos, seus delírios na sua incapacidade de reconhecer a natureza do juízo e o retorno à sua própria definição errônea. (p. 21s.)

Depois de tudo, Miklosich considera suas proposições sem sujeito como plenamente asseguradas. E ele não apenas acredita que a sua existência se encontre fora de dúvida, mas mostra também que de modo algum elas ocorrem raramente, como se gostaria de acreditar depois da polêmica em torno delas. A diversidade de tais proposições deu-lhe azo para compilar panoramicamente as principais classes na segunda parte do ensaio (p. 33 até 72), e aí nós encontramos especificadas proposições sem sujeito com um verbo ativo, proposições sem sujeito com um verbo reflexivo, proposições sem sujeito com um verbo passivo e proposições sem sujeito com o verbo ser. E cada uma dessas classes é explicada por meio de numerosos exemplos de diferentes línguas. Em particular, isso é válido para a primeira classe, na qual ele faz uma subdivisão de oito partes para agrupar as proposições segundo as diversidades de seus conteúdos. Como observação geral (p. 6), ele nota que o

verbo finito [i.e. conjugado] das proposições sem sujeito está sempre na terceira pessoa do singular e, onde cabe a forma da diferença de gênero, ela é neutra.

Ele estendeu o assunto também em outros aspectos. Ele explica que as referidas proposições não surgiram mais tarde do que aquelas afirmadas de um sujeito, mas vieram à tona originalmente com a formação proposicional (p. 13 seg., p. 19), tal como desapareceram de alguns idiomas com o passar do tempo (p. 26). Ele demonstra como as línguas que a mantiveram gozam deste modo de uma vantagem, pois na sua aplicação dessas expressões tem origem uma especial vivacidade. E ele também mostra como, sob outra perspectiva, as proposições sem sujeito não podem ser completamente equiparadas com proposições tidas por categoricamente idênticas. *Ich friere (eu congelo)* não é, por exemplo, completamente idêntico a *mich friert [me congela (me esfria)]*. Em vez de *was frierst du draußen, komme doch herein!* (por que é que tu congelas aí fora, vem para dentro!), não se pode dizer *was friert dich's draußen usw (que te congela aí fora etc.)*, *mich friert [me congela (me esfria)]* não pode ser aplicado quando eu voluntariamente me exponho à geada.



Este é, em resumo, o conteúdo do livro, acerca do qual eu me permito ainda algumas observações críticas.

O quanto o ensaio, em geral e especialmente em suas ideias fundamentais, tem minha aprovação, eu já dei a conhecer suficientemente durante este relatório. As provas disso parecem-me fornecidas de modo tão imponente, que até aqueles relutantes dificilmente poderiam se fechar à verdade. Independentemente deles, já há muito tempo eu mesmo logrei a mesma concepção pela via da análise puramente psicológica, como enfatizei publicamente no essencial, quando comecei a publicar minha *Psicologia* em 1874.

Assim eu também me dei ao trabalho de colocar a doutrina em plena luz e de demonstrar todas as antigas ideias como insustentáveis, mas até agora o êxito foi mínimo. Além de algumas vozes isoladas convenci tão pouco os filósofos quanto Miklosich convenceu os filólogos em sua primeira edição. Onde um preconceito se enraizou cada vez mais firmemente por milênios, onde uma doutrina é introduzida ainda na escola primária, onde um princípio é considerado princípio fundamental, do qual muitas outras coisas dependem e, por assim dizer, tornam sua seriedade inquebrantável, aí não se deve esperar que a refutação apresentada fará o erro desaparecer imediatamente. Ao contrário, é de temer que se levantará muita desconfiança contra a nova perspectiva, antes que seus fundamentos mereçam uma apreciação mais atenciosa. Mas se dois pesquisadores completamente independentes um do outro estão em conformidade em seus depoimentos, se eles chegaram aos

mesmos objetivos por caminhos completamente diferentes, então pode-se ter esperança de que não se considere, sem mais nem menos, esse encontro aleatório e se dê uma atenção mais cuidadosa às considerações conjuntas. Possa delas tomar parte Miklosich nessa nova publicação, na qual, para minha felicidade, eu também vi meu próprio trabalho ser levado em conta!

Além da concordância quanto ao ponto central, existem algumas divergências em pontos secundários de menor importância. Doravante desejo também salientá-las brevemente.

Miklosich chamou de *proposições sem sujeito*, e eu concordo com ele na sua apreciação, a todas as proposições mais simples que não ligam sujeito com um predicado. Mas não posso aprovar inteiramente que ele tenha feito isso e as razões por que ele o fez.

Sujeito e predicado são conceitos correlatos, que estão e ocorrem em relação mútua. Uma proposição, que na verdade é *sem sujeito*, deve assim poder ser igualmente chamada de *sem predicado*. Por isso, não me parece muito apropriado quando Miklosich designa tais proposições unicamente como *proposições sem sujeito*, e parece-me verdadeiramente incorreto quando ele as designa como meras *proposições predicativas* (ver p. 3, p 25, p 26 u. ö.). Isso poderia levar à ideia de que ele também acredita em um segundo conceito não expresso (o sujeito) acrescentado em pensamento, ainda mais quando isto, nos pontos decisivos, não foi negado por ele (p. 3 f. u. ö.); ou [poderia levar à ideia de que] ele considerou tais proposições apenas como proposições categóricas reduzidas e que tomou tal forma por originária, quando ele também não refutou isso expressamente (p. 13 seg). Parece antes que sua perspectiva seja a seguinte: que o progresso natural do pensamento e da fala é feito, geralmente, de uma proposição simples para uma proposição categórica; que naquele conceito mantido sozinho se junta um segundo conceito como sujeito. “As proposições sem sujeito”, diz-se (p. 25), “são... proposições que se compõem apenas do predicado, considerado como prévio em um grande número de proposições na construção natural do pensamento, nas quais o sujeito não precisa, mas pode ser procurado”.

Mas também isso dificilmente poderia estar correto, e até mesmo o termo “sujeito” parece não falar a favor disso. Aquilo que é tomado como base é, certamente, o que está em primeiro na construção do juízo. A sequência temporal das palavras também concorda precariamente com isso, pois geralmente se começa uma proposição categórica com o sujeito. E pode-se de igual maneira contra-argumentar que a ênfase em geral cai preferencialmente sobre o predicado (o que levou Trendelenburg a dizer com certo exagero, pois, caracterizando o predicado como conceito principal, que “nós pensamos em predicados”, conf. p.19). Se o conceito de predicado é aquilo que acrescenta algo novo, então ele é, naturalmente,

o objeto de um interesse preferencial; mas deveríamos esperar precisamente o contrário, se o conceito de sujeito abarcasse o novo momento que se apresenta.

Pode-se, do mesmo modo, dizer corretamente: um pássaro é preto, como: um preto é um pássaro; Sócrates é um homem, como: um homem é Sócrates; Mas Aristóteles já observou que apenas a primeira é predicação natural, a última contraria a ordem natural. E, na verdade, este é sempre o caso, à medida que se faz naturalmente do sujeito o termo a que se atenta em primeiro lugar, quando se constrói o juízo, ou ao qual o interlocutor deve prestar atenção primeiramente, a fim de compreender a proposição ou adquirir o conhecimento de sua verdade ou falsidade. Alguém pode convencer-se da existência de um pássaro negro procurando-o entre os pássaros ou entre os objetos negros; é melhor, porém, procurar entre os primeiros. E assim pode também convencer-se mais facilmente se um indivíduo pertence a uma espécie ou gênero, quando analisa sua natureza do que quando se percorre a extensão do respectivo conceito geral. Os casos de exceção confirmam aqui claramente a regra e sua justificação, como, por exemplo, quando digo: ali há algo preto, este algo preto é um pássaro, no que eu, portanto, porque reconheci primeiramente a cor, faço dela naturalmente o sujeito na proposição categórica construída em cima [dessa percepção].

De ambos os sorites categoriais, o aristotélico e o gocleniano, o primeiro faz do sujeito o termo comum com o anterior em cada elo sequencial, enquanto o último faz do predicado [o termo comum com o anterior em cada elo sequencial]. Por esse motivo, no entanto, o primeiro aparece como o mais natural e é geralmente considerado normal, ao passo que o último é designado com o silogismo inverso. Assim, nós também nos acostumamos que onde nós derivamos de uma proposição (simples) sem conceitos concatenados uma proposição categórica, a qual tem um termo em comum com aquela (proposição simples), este (termo) não é empregado como predicado, mas como sujeito, e poder-se-ia melhor dizer, portanto, que um predicado seria buscado para o sujeito, do que um sujeito para o predicado, por exemplo, “farfalha (es rauscht); o farfalho vem de um riacho”. “Troveja; o trovão anuncia uma tempestade aproximando”. “Cheira a rosas; este cheiro de rosas vem do jardim vizinho”. “Ri-se; o riso valoriza os palhaços”. “Falta dinheiro: esta falta de dinheiro é causada pela estagnação das transações”. “Há um Deus; Este Deus é o criador do céu e da terra”; etc. etc.

Por isso, parece-me que apenas em um sentido a expressão “proposição sem sujeito” se justifica e, talvez, até mesmo se deixa recomendar, ou seja, quando se leva em consideração que o conceito nela contido, enquanto único, também é naturalmente o conceito principal, tal como o predicado reconhecido por nós nas proposições categóricas. Similarmente também se deveria, de fato, preferir dizer das proposições categóricas em relação com as proposições hipotéticas, que elas são

proposições sem antecedente, do que elas são proposições sem consequente; não como se onde não se pudesse falar de nenhum antecedente, não se pudesse falar de um consequente, e sim porque na proposição hipotética composta o consequente é justamente a proposição principal. Desse modo, portanto, talvez eu pudesse concordar com o autor acerca da expressão “proposições sem sujeito”.

Outro ponto, entretanto, no qual eu não estou bem de acordo com ele, é a questão da extensão na qual as proposições sem sujeito são aplicáveis. Miklosich enfatiza, corretamente, que de modo algum os limites aqui devem ser estreitos. Mas ele acredita - e precisamente sua tentativa de delinear e classificar a multiplicidade entre os conteúdos exprimíveis mostra isso claramente - que, em todo caso, os limites existem. Mas isto não me parece correto. Pelo contrário, a aplicabilidade da forma sem sujeito deveria antes, encarada de forma rigorosa, ser ilimitada, como eu acredito já ter demonstrado em minha *Psicologia*: todo juízo que possa ser pronunciado na forma categórica, hipotética ou disjuntiva, deixa-se vestir também sem a menor mudança de significado na forma de uma (proposição) sem sujeito ou, como eu me expressei, de uma proposição existencial. Assim, a proposição *algum homem está doente* é sinônimo de *existe um homem doente* e a proposição *todos homens são mortais* é sinônimo de *não existe um homem imortal*, e assim por diante.⁴

Parece-me que, em outra relação, Miklosich tem a aplicabilidade de suas proposições sem sujeito muito limitada. Nós ouvimos dele que tais proposições seriam “um privilégio da língua, do qual todas as línguas não poderiam se gabar” (p.26). Isso parece pouco plausível, se é correto o que ele mesmo prova tão convincentemente em outro lugar, a saber, que há juízos, e houve desde o início, nos quais dois conceitos não estão relacionados um ao outro e, portanto, também seria impossível que eles fossem expressos por meio da ligação de um sujeito com um predicado (conf. p. 16). Portanto, a partir disso estabelece-se com Miklosich não apenas a existência necessária das proposições sem sujeito em geral, mas também, contra ele, que a existência de tais proposições deve ser inferida em todas as línguas.

4. [Nota do autor] Observação posterior (1889): O que digo aqui acerca da aplicabilidade geral da forma existencial, só vale com a limitação óbvia aos juízos verdadeira e perfeitamente unitários. Como expressão de tais juízos, a lógica sempre usou a forma categórica; a vida também os utiliza frequentemente como expressão de uma pluralidade de juízos construídos uns sobre os outros, o que fica tão claro na proposição “este é um homem”. Na indicação do “este” já está incluída a crença na existência e um segundo juízo atribuído a ela, então, o predicado “homem”. Algo semelhante acontece frequentemente. Em minha opinião, a designação originária da forma categórica era a de servir a tais juízos duplos, os quais reconheciam algo e a ele atribuíam ou contestavam alguma outra coisa. Eu também acredito que as formas existencial e impessoal sejam provenientes dela por meio de alterações da função. Isso nada a altera em sua característica essencial: um pulmão não é uma bexiga de peixe, mesmo que geneticamente ele seja proveniente dela, e a preposição (alemã) “kraft” não deixa de ser uma mera partícula sincategoremática (ver Mill, *Logic I*, 2 § 2), porque ela deriva sua origem de um substantivo.

Que o autor se enganou sobre isso, parece-me que se deixa esclarecer ao menos em parte do fato de que, para ser muito cuidadoso e não recorrer a nenhum exemplo injustificado para sua tese, ele ousou fazer valer certas proposições, que na verdade são proposições sem sujeito, não enquanto tais. Nós ouvimos Miklosich expressar a ideia de que o verbo finito [conjugado] das proposições sem sujeito sempre está na terceira pessoa do singular e está no neutro onde cabe a forma da diferença de gênero. Esse de fato era um limite muito estreito que ele próprio também rompeu, claro que somente muito mais tarde, em um ponto da segunda parte do ensaio, quando ele diz: “em *es ist ein Gott* (*existe um Deus*) o conceito *Gott* (*Deus*) está absolutamente colocado sem sujeito e, do mesmo modo, em *es sind Götter* (*há deuses*)”. E aqui ele acrescenta “o ‘é’ da proposição existencial assume a posição da chamada cópula, ‘é’, que se mostra indispensável em muitas línguas, mas de modo algum em todas, tem o mesmo significado que a terminação pessoal dos verbos finitos, tal como ‘*es ist Sommer*’ [é verão], ‘*es ist Nacht*’ [é noite] claramente indicam ao lado de ‘*es sommert*’ [faz verão/veraneia] e ‘*es nachtet*’ [anoitece]. “É”, portanto, não é um predicado” (p.34. também ver a propósito p.21 acima). No caso, se a proposição *es gibt einen Gott* (*há um Deus*), como também a proposição *es ist ein Gott* (*existe um Deus*), é considerada sem sujeito, então também *es sind Götter* (*existem Deuses*) é considerada sem sujeito e a regra previamente estabelecida se provou como muito estreita. Pelo fato de que as proposições existenciais (e quaisquer estruturas semelhantes) sejam todas computadas entre as proposições sem sujeito, deveria se confirmar, o que queríamos demonstrar acima, que precisamente não há e nem pode haver nenhuma língua que careça completamente dessas proposições mais simples. Portanto, apenas alguns tipos especiais de proposições sem sujeito deveriam ser aquilo que nós deveríamos admitir aqui, com Miklosich, como o privilégio próprio de certas línguas.

Estas são as críticas que eu considero necessário fazer. Vê-se que elas, se consideradas corretamente, tampouco prejudicam a ideia principal do autor em sua exatidão ou em seu valor, e que antes elas deixam atribuir-lhe um significado ainda mais amplo. E assim eu concluo, pois, com votos renovados: tomara que o rico conteúdo deste pequeno escrito, o qual não foi suficientemente notado em sua primeira publicação, encontre os interessados (que fazem jus à importância da questão e à excelente condução da investigação) nesta segunda edição, que corrige pormenores, amplia muitas coisas e, em brevidade lacônica, com verdadeira força dialética, refuta as objeções críticas de estudiosos como Benfey, Steinthal, entre outros.